

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cartas alfabéticas em tupi - Memória indígena em Pernambuco século XVII

Bartira Ferraz Barbosa₁

RESUMO: Este artigo pretende discutir a memória indígena do século XVII, em Pernambuco, contida em cartas alfabéticas escritas por líderes indígenas de diferentes povos existentes na costa do Nordeste brasileiro.

ABSTRACT This paper aims at discussing the memory of native Brazilians in the early 1700 in Pernambuco, through alphabetic letters that were written by indian tribe leaders of different groups that lived in the northeast coast of Brazil.

A ocupação indígena pré-histórica da região Nordeste foi o ponto de partida para a transformação do espaço geográfico em espaço indígena. A partir de leituras sobre a presença de populações de caçadores-coletores do holoceno e de grupos indígenas ceramistas e agricultores percebe-se que, nesta região que veio compor a capitania de Pernambuco, viviam em unidades sócio-políticas com seus territórios e fronteiras diferentes culturas indígenas no período pré-histórico. Com base em pesquisas arqueológicas, o número de sítios pré-históricos, entre escavados e localizados, demonstra que houve uso da terra nas diferentes regiões do espaço geográfico da capitania de Pernambuco. As atuais pesquisas apontam para uma densa ocupação nas regiões do agreste. O que não significa que foi, necessariamente, diferente para as regiões do litoral, da Zona da Mata ou do Sertão. Como se sabe, a ocupação do litoral ocorrida durante os séculos XVI e XVII, para a construção do espaço político-

₁ Bartira Ferraz Barbosa é doutora em História pela USP, pesquisadora sobre cultura e trabalho indígena no Brasil e professora da Universidade Federal de Pernambuco.

econômico que servisse ao sistema mercantil português provocou a transformação dos espaços indígenas nesta região e a destruição da maior parte dos sítios arqueológicos.

O estudo sobre o confronto de interesses de diferentes povos indígenas e portugueses e a conformação de novos territórios e espaços – os portugueses em um novo espaço colonial e os nativos em novas fronteiras sócio-culturais e áreas geográficas – retomou antigos documentos e informações conhecidas. Nesta busca, a pesquisa proporcionou o encontro de documentos inéditos como os mapas holandeses de Johan Vingboons do século XVII, guardados no Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, recentemente restaurados,² e as cartas escritas por líderes indígenas, em parte, transcritas para a língua portuguesa.³

Pesquisados documentos, crônicas, cartas, assim como, a cartografia europeia do século XVI ao XVIII, para a Região Nordeste, verificamos que, no geral, a documentação aponta mais informações sobre o litoral do Brasil colônia do que sobre os sertões. A documentação também reflete a aplicação de uma política colonial portuguesa que não respeitou a população indígena mais se utilizou da sua organização de territórios e fronteiras existentes. No entanto, muitos grupos ou povos indígenas indicados pela cartografia portuguesa, holandesa e francesa, são nela apresentados sem fronteiras e sem formas de ocupação definidas, o que também vale para a maior parte da documentação manuscrita e impressa. Por isso, muitos dados da pesquisa histórica não poderiam ser entendidos se não se

² O Atlas de Johan Vingboons datado do século XVII tem mapas importantes para o estudo do período colonial brasileiro, utilizo dois mapas dele para localizar territórios indígenas deste período como podem ser visto anexos.

³ Cartas em tupi encontradas na coleção Briefen en Papieren – vol. 1645 – Fundo Guerra Holandesa.

procurasse respostas em pesquisas antropológicas, lingüísticas e arqueológicas, relativas aos nativos do período Pré-histórico e Proto-histórico, desta região.

Entre os principais cronistas para a étno-história das populações nativas existentes na capitania de Pernambuco, dos séculos XVI e XVII, figuram Hans Staden, que participou da luta contra nativos Caetés pela defesa da vila da Igarassú no ano de 1548 (Staden 1945:79) e o padre Martinho de Nantes⁴, franciscano, francês, que estabelece ação missionária pelos sertões. Seus textos publicados, no século XVII e início do XVIII, respectivamente, revelam que houve resistência de diferentes grupos indígenas à implantação do espaço colonial, mas, que estas ações foram minadas por outros grupos nativos, aliados dos portugueses. O período foi de muitos conflitos, guerras, escravidão e alianças para nativos. Relatos de viagem, documentação manuscrita e cartográfica do período e pesquisas arqueológicas sobre esta região são indispensáveis para a reconstrução da superposição do espaço colonial sobre os espaços indígenas. A documentação cartográfica, dos séculos XVI e XVII, demonstra o trabalho dos pesquisadores da época quanto ao processo de reconhecimento geofísico dos territórios conquistados. Nela, também está refletido o processo de conquista das terras indígenas através de alianças, guerras e destruição de aldeamentos nativos. Observamos, ainda, que o uso de termos indígenas na documentação em geral, como o termo tapuia, pouco esclarece sobre seu verdadeiro sentido. Muitos termos e nomes apareceram, durante o período colonial, partindo de interpretações e aproximações da visão dada, sobretudo, por grupos nativos da costa.

⁴ Nantes, Padre Martinho de. Relação de uma missão no rio São Francisco. Brasileira, vol. 368, editora Nacional, São Paulo, 1979.

Na capitania de Pernambuco, um conjunto heterogêneo de grupos e povos indígenas como os caetés, tabajaras e cariri viviam ainda em luta pela estabilização e controle de seus territórios, durante o século XVI. No entanto, não estavam sujeitos a uma autoridade comum e suas fronteiras dependiam dos seus movimentos em consequência do estado de conquistas e perdas de terras em guerras e alianças políticas. A inexistência de marcos, muralhas e cercas como fronteiras, ou mesmo, a não ocupação física da terra por aldeias ou campos de plantio contínuos não significava a inexistência de poder e domínio sobre ela. Aldeias inteiras podiam migrar para áreas com terras mais férteis ou, segundo outro critério, que garantisse uma melhor sobrevivência. Para os grupos nativos de agricultores a terra para o plantio da mandioca, por exemplo, precisava ser rica em nutrientes, em fonte de água, em mata para caçar, colher lenha, entre outros fatores que justificava a permanência em áreas, por dois a quatro anos, sem o uso da coivara.

Os nativos caetés, temidos pelos portugueses no início da colonização da capitania de Pernambuco, formavam um conjunto de aldeias de número inexato, mas, que estavam localizadas ao longo da costa da capitania de Pernambuco. Seu idioma e cultura, segundo percepção, datada do século XVI, se assemelhavam aos dos tupinambás, portanto, eles também faziam parte do tronco lingüístico tupi. Aldeias e guerreiros caetés controlavam um território vasto com fronteiras, ao sul, na margem direita do rio São Francisco, onde, iniciavam as terras dos tupinambás e, ao norte, no canal de Santa Cruz com os potiguares, nativos, também, de cultura tupi, até a chegada de Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania Nova Lusitânia.

A mesma origem lingüística e cultural, como a dos outros povos acima citados, não foi para os caetés elemento definidor de alianças. A documentação refere-se à existência de relações diferenciais, hostis e pacíficas, entre eles. Os laços de alianças entre nações e grupos de povos tupis, como os tupinambás, tabajaras, potiguares e caetés, e, ou, entre estes e outros grupos indígenas de troncos lingüísticos diferentes, eram tecidos por relações de troca, casamentos e por participação comum em atividades guerreiras. Relações que, também, valeram para nativos e portugueses, ou nativos e outros europeus, que pela costa estabeleceram seus contatos (Fausto 1992:384).

Outros documentos, do período colonial, de conteúdo rico em informações sobre as transformações ocorridas no espaço indígena da capitania de Pernambuco, durante a primeira metade do século XVII, permitiram leituras sobre o poder da elite indígena guerreira que desenvolve papel fundamental no estabelecimento da estrutura colonial portuguesa assim como, sobre a desintegração de grupos nativos e seus espaços originais. Leituras que partem de uma coleção de cartas escritas, durante o século XVII, por líderes indígenas, entre eles, assinam várias cartas os líderes Pedro Poty e Filipe Camarão permitem que vozes nativas invadam esta discussão como testemunhos dessa época com suas opiniões e sugestões para um novo mundo em um novo arranjo político se formava. Não são para nós heróis ou traidores, deles importam suas posições e consciência sobre o processo colonial português e sobre a ocupação holandesa.

Este conjunto documental - a correspondência indígena setecentista - apresenta mais que apenas notícias sobre o período colonial. Na voz dos líderes indígenas, novos

personagens dessa história, com poder sobre espaços nativos cada vez menores, são abordados temas também encontrados em documentos portugueses e holandeses da época. Seus escritos trazem sentimentos de perdas irreparáveis. Estes novos testemunhos de autores, quase a margem da história, deixaram mais que visões e sentimentos de uma época. Em suas cartas escritas em tupi estão a saudade do passado pré-contato com o mundo europeu, as dificuldades da vida sob domínio português ou holandês e a esperança em um futuro para os diferentes grupos indígenas e suas culturas apesar da guerra.

As cartas originais em tupi ‘dormem’ em arquivos na Holanda ainda pouco exploradas por pesquisadores brasileiros. Delas temos cópia apenas de uma parte do seu conjunto no arquivo nacional no Rio de Janeiro, onde, foram depositadas cópias manuscrita de seis cartas em tupi transcritas pelo pesquisador José Hígino, no século XIX, dos originais existentes em arquivo na Holanda. Também, se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro uma carta original em tupi, do mesmo período das outras seis transcritas, sendo esta assinada com data de 10 de agosto 1645 pelo Capitão Mor Camarão. Esta documentação, ainda pouco lida e sem uma tradução atualizada do seu conjunto, provoca-nos para um futuro estudo ou, melhor, um trabalho de fôlego para que os originais fiquem conhecidos.

Encontramos uma das cartas dos líderes indígenas traduzida para o português e mais dois documentos de conteúdo rico em informações sobre a situação dos espaços indígenas, na primeira metade do século XVII, publicados por Pedro Souto Maior, em Revista do IAHGPE.⁵ Estes documentos referem-se a diferentes espaços indígenas e indicam

⁵ Maior, Pedro Souto. Dois Índios notáveis e parentes próximos. In revista do IAHGCE. Fortaleza 1912.

relações entre eles e seus líderes. Entre mais de cem nativos, que assinam o primeiro documento publicado por Pedro Souto Maior, estão Pedro Poty e Antonio Paraupaba, aliados dos holandeses, como uma das lideranças indígenas, da época.

As cartas indígenas, memória valiosa, por trazer informações sobre o andamento das negociações quanto à guerra entre portugueses e holandeses, são, ainda, mais importantes por trazer dados sobre a participação dos nativos no processo colonial em que o poder dos líderes nativos também pode ser avaliado. Os cargos administrativos ou posto de regedor, isto é, de capitão-mor ou ‘governador dos índios’ com honras de general de brigada, que equivale a um comandante de regimento, chamado de terço pelos portugueses, podem ser observados nesta documentação quanto à participação dos mesmos em batalhas e negociações de guerra. Seus cargos e honrarias antecedem as assinaturas nos documentos.

Pedro Poty, um importante líder indígena, representava para nativos e holandeses aliados o mesmo que Filipe Camarão, seu parente próximo, representou para os portugueses. Poty recebeu várias cartas em tupi de Filipe Camarão e de outros nativos que tentavam induzi-lo a que se passe para o lado dos portugueses; motivo pelo qual se estabeleceu uma das mais ricas correspondências do período da guerra holandesa em Pernambuco e capitanias anexas. Como resposta a uma das cartas recebidas de Filipe Camarão, Pedro Poty escreve uma carta em tupi que, entre as demais já traduzidas, pode ser a de maior significado e representação da memória indígena sobre a consciência dos problemas trazidos com a conquista europeia de parte do Nordeste do Brasil como questões sobre alianças, dependência, sobrevivência e lealdade. Parte da carta segue abaixo:

“Eu me envergonho da nossa família e nação ao me ver ser induzido por tantas cartas vossas à traição e deslealdade, isto é, a abandonar os meus legítimos chefes, de quem tenho recebido tantos benefícios.

É tolice o imaginardes que nos illudis tão facilmente com essas palavras vãs, e até fico pensando que, não ousando nos vir visitar como soldado procurais usar essas falsas imposturas.

Fica sabendo que serei um soldado fiel aos meus chefes até morrer. Estou bem aqui e nada me falta; vivemos mais livremente do que qualquer de vós, que vos mantendes sob uma nação que nunca tratou de outra coisa senão nos escravizar. Os cuidados que dizeis ter por mim e o favor que os portugueses nos dispensariam não são mais que histórias contadas para nos iludir.

Por minha parte só tenho um sentimento, e provem de não me virdes visitar aqui.

Não acrediteis que sejamos cegos e que não possamos reconhecer as vantagens que gozamos com os holandeses (entre os quais fui educado).

Jamais se ouviu dizer que tenham escravizado algum índio ou mantido como tal, ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos.

Eles nos chamam e vivem conosco como irmãos; portanto, com eles queremos viver e morrer. Por outro lado, em todo o país se encontram os nossos escravizados pelos perversos portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os houvesse libertados. Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Bahia da traição, ainda estão bem frescos na nossa memória.

E o que pode dar melhor a conhecer os seus desígnios tirânicos do que a crueldade cometida recentemente contra os nossos em Serinhaem depois de concedido o quartel?

Aquele sangue clamará a Deus por vingança, já tendo, todavia, o meu irmão Antonio tirado uma boa desforra no Rio Grande.

Não, Filipe, vós vos deixais iludir; é evidente que o plano dos celerados portugueses não é outro senão o de se apossarem deste país, e então assassinares ou escravizares tanto a vós como a nos todos.

Vinde, pois, enquanto é tempo para o nosso lado afim de que possamos com o auxílio dos nossos amigos viverem juntos neste país que é a nossa pátria e no seio de toda a nossa família.

Sobre isso aqui estamos todos de acordo; portanto, vinde vos unir a nós e garanto-vos que os holandeses vos farão os mesmos benefícios que nos fazem.

Não tenhais a menor duvida: os portugueses terão de se escapular; esses bandidos hão de desaparecer como o vento.

Sou cristão e melhor do que vós; creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa.

Aprendi a religião cristã e a pratico diariamente, e se vós a tivésseis aprendido, não serviríeis com os pérfidos e perjuros portugueses, que apesar das promessas do rei e do juramento feito por ele, depois de roubarem os bens dos holandeses, vem atacar traiçoeiramente a esses e a nós mesmos; mas hão de receber o castigo de Deus.

Vinde, portanto, para o nosso lado, e afastai-vos dos perjuros e traidores, que não poderão se sustentar aqui, donde brevemente os expulsaremos a força e também da Bahia.

Deveis saber que os seus feitos no sul não têm a mínima importância: quem tem mais gente fica senhor do campo.

O Pontal foi entregue por traição, mas os holandeses o retomarão com valor, pois deveis reconhecer que o mar domina o Brasil.

Têm vindo bastantes socorros da Holanda para a nossa manutenção, e esperamos a toda hora uma grande armada extraordinariamente forte, a qual juntaremos os navios aqui existentes e então poremos mão a obra.

Em suma, os holandeses aproveitarão a ocasião para se apossarem de todo o Brasil, pois o rei de Portugal se acha sem recursos ou forças.

Os da Bahia perderam seus navios na Bahia de Tamandaré, e não têm meios para adquirirem outros.

Não me faleis sobre a fraqueza dos holandeses. Estive e me eduquei no seu país. Existem lá navios, gente, dinheiro e tudo em tanta abundância como as estrelas no céu; e disso tem vindo para cá alguma coisa.

Tem sido também por meio de seus navios e tropas que esse D. João se tem sustentado, há quatro anos, no trono, e tem podido reinar, sendo para esse fim ajudado pelo príncipe de Orange e Estados Gerais, dando-lhes ele, entretanto, tão mal pago.

Não entendi a frase em que dizeis “que eles terão compreendido a deslealdade que aqui se seguirá”.

Eles puderam tomar ao rei de Castela e de Portugal e conservar não só este país, mas também as Índias Orientais e muitas outras terras, e agora não ireis julgar certamente que eles devam ceder tudo a esse novo D. João.

Abandonai, portanto, primo Camarão, esses perversos e perigosos portugueses e vinde juntar-vos conosco; garanto-vos que vos dareis bem. Formaremos uma força respeitável e expulsaremos esses trapaceiros e traidores. Mantenhamo-nos com os estrangeiros que nos reconhecem e tratam bem na nossa terra.

Os bandidos portugueses até agora nada têm conseguido senão por traição.

Se o Capitão-mor fosse vencido no campo, na Várzea, parecia ter alguma importância; mas surpreender a noite uma casa, onde se encontra uma quantidade de pessoas desarmadas, não é coisa de que valha a pena gabar-se.

Não pude encontrar nas vossas cartas menção alguma sobre a maneira como fostes tratado em Itamaracá no dia 24 de setembro e como vos correu tudo por lá; mas parece que quereis vir a mim como amigo.

Se tivésseis vindo e ficado aqui no quartel junto conosco, não se teria dado o que se deu.

Nada conseguiremos por meio de cartas, portanto não mais me escrevais.

Não quero receber tais cartas.

Em suma, vos queixareis ainda desta guerra e estais iludido por essa corja de celerados perjuros e per versos, que tanto tem seduzido a vós e a todos os nossos amigos e oprimido tão tiranicamente os nossos. Adeus.

No meu acampamento, 31 de outubro de 1645.

Assinado: O Regedor e Comandante do Regimento de Índios na Parahyba, Pedro Poty

A memória contida nesta correspondência sobre a desintegração dos espaços indígenas e sua repercussão nas sociedades nativas das Capitâneas da Paraíba e de Pernambuco trata de um enfoque em áreas e tempos restritos, dando-se ênfase à atuação de líderes indígenas e de grupos nativos. No entanto, o testemunho do pequeno e do local permite um aprofundamento de questões e relações entre o particular e o geral como entre indivíduos e grupos indígenas e o conjunto da sociedade colonial. Importa ainda como base para uma relação deste passado com o presente e o futuro das sociedades indígenas ainda existentes no Brasil.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Bartira Ferraz. Paranambuco-Espaço e Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco, séc. XVI-XVII. Tese de Doutorado defendida na USP, Pós-Graduação em História Econômica, em 2003.

FAUSTO, Carlos. 1992. “Fragmentos da história tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento étno-histórico.” In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.): *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, FAPESP. MAIOR, Pedro Souto.

“Dois Índios notáveis e parentes próximos”. In: Revista do IAHGCE. Fortaleza, 1912.

NANTES, Padre Martinho de. 1979. *Relação de uma missão no rio São Francisco*. São Paulo: Brasiliense.

STADEN, Hans. Hans Staden Suas viagens e cativeiro entre os índios do Brasil. Texto ordenado por Monteiro Lobato. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945.

Documentos

IAHGPE-Instituto Histórico Geográfico de Pernambuco. Atlas de Johan Vingboons datado do século XVII tem mapas importantes para o estudo do período colonial brasileiro.

AN - Arquivo Nacional-Rio de Janeiro. Cartas em tupi encontradas na coleção Briefen en Papieren – vol. 1645 – Fundo Guerra Holandesa.